

O trabalho a ser apresentado baseia-se na leitura, interpretação e síntese de publicações referentes ao sanitarismo feitas pela Igreja Positivista do Brasil no Rio de Janeiro e bibliografia sobre o positivismo religioso no Brasil e em especial no Rio Grande do Sul. Trata-se, particularmente, da polêmica ocorrida na primeira década deste século, através dos periódicos "A Federação" e "Correio do Povo", envolvendo os positivistas religiosos sul-rio-grandenses e as autoridades médicas do governo estadual. Com relação à varíola, estava em discussão a validade científica das medidas oficiais (vacinação, desinfecção e isolamento), a liberdade individual e a ação higienizadora do estado, com base nos limites impostos pela Constituição estadual de 1891 e pela doutrina comteana. Vemos, então, a contradição a que estão submetidos alguns membros do positivismo religioso, que possuem casos de varíola na família e trabalham para o governo. O objetivo do trabalho é mostrar a posição positivista religiosa em relação a algumas medidas tomadas pelo governo estadual em 1905, em Porto Alegre. (PROPESP/UFRGS, FAPERGS E SMC/POA).